

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2006, levamos adiante nosso compromisso com a sustentabilidade, buscando continuamente ampliar a geração de valor para nossos stakeholders, nos preparando para, já em 2007, estarmos entre os líderes globais do setor.

Passos fundamentais em direção às nossas aspirações de crescimento foram dados no ano. Iniciado em novembro de 2005 com o objetivo de construir uma segunda linha de produção de celulose em nossa maior fábrica integrada, o Projeto Mucuri seguiu seu cronograma de implementação rigorosamente em dia. Até o final do ano, os investimentos neste projeto alcançaram US\$ 718,1 milhões, o que representa cerca de 60% do orçamento total da obra. Concluímos todas as obras de infra-estrutura, avançamos na montagem e, na área florestal, completamos 100% dos plantios necessários para a primeira fase de expansão. No segundo semestre de 2007 teremos a satisfação de acionar os equipamentos que irão adicionar 1 milhão de toneladas/ano de celulose à nossa capacidade de produção, com substancial ganho de escala e vigor financeiro para a nossa Companhia.

Outro passo importante em nossa rota de crescimento foi dado com a incorporação definitiva da Ripasa. As pendências societárias relativas a esta aquisição foram resolvidas de forma satisfatória para todas as partes envolvidas, com a migração de 100% dos acionistas minoritários para as bases acionárias de Suzano e VCP. Com isso, consolidamos a posição de liderança nos mercados de papel em que atuamos no Brasil, com ampliação do portfólio de produtos e marcas.

O crescimento de nossa produção ocorre em momento extremamente favorável ao nosso negócio. A demanda mundial por celulose de eucalipto expandiu-se em 12,1% em 2006. Sustentados pelo forte crescimento da demanda mundial, os preços do produto tiveram alta média de 9,7% no ano. O mercado de papel também evoluiu positivamente no Brasil, com crescimento de 12% da demanda de imprimir e escrever e de 3% no mercado de papelcartão.

Nossos resultados financeiros refletiram de forma fiel a boa performance operacional e a consolidação proporcional de 50% dos resultados da Ripasa. A receita líquida cresceu 11,2%, alcançando R\$ 3.099,0 milhões. A geração de caixa medida pelo Ebitda ajustado também apresentou crescimento e atingiu R\$ 1.039,5 milhões, margem de 33,6%. Nosso lucro líquido em 2006 foi de R\$ 443,7 milhões, redução de 11,2% em relação a 2005. Esta redução é explicada principalmente pelo menor efeito de variações cambiais ativas em nosso resultado, face à maior valorização do Real, ocorrida em 2005 ante 2006. O mercado de capitais, apresentamos a maior valorização do setor no Brasil, de 85%, com aumento significativo na liquidez das ações da Suzano. Realizamos uma oferta secundária de ações preferenciais

classe A, para a venda de parte dos lotes pertencentes ao BNDES e à Suzano Holding, totalizando 23,6 milhões de ações sem a oferta suplementar (green shoe). Após esta oferta, o percentual de ações da Suzano em poder do mercado passará de cerca de 35% para 42%.

Aprimoramos no ano nossa estrutura de governança. Ampliamos o escopo do Comitê de Estratégia, acrescentando o tema da sustentabilidade às suas atribuições, e criamos o Comitê de Auditoria, que juntamente com o de Gestão, estão diretamente ligados ao Conselho de Administração.

O contínuo aprimoramento de nossas políticas de sustentabilidade e de governança corporativa nos proporcionou conquistas relevantes no ano passado. No mercado de capitais, foi renovada a nossa permanência na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa, do qual participamos desde 2005. Também pela terceira vez fomos indicados como empresa-modelo na edição 2006 do anuário Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa.

No final do ano conquistamos a certificação FSC (Forest Stewardship Council) para as Unidades Florestal e Industrial Suzano e Rio Verde, no Estado de São Paulo. Com isso, todas as nossas áreas próprias de plantio de eucalipto para produção de celulose estão certificadas pelo FSC, assim como todas as atividades industriais. Passamos a deter o maior escopo de múltiplas certificações florestais, segundo a IAF - International Accreditation Forum, que inclui FSC, ISO 14001, ISO 9001 e OHSAS 18001.

Nossa nova estrutura organizacional implementada no início de 2006 - baseada no modelo que reúne as atividades-fim em Unidades de Negócio e às áreas-meio em Prestadoras de Serviço - aumentou a nossa competitividade por meio do maior foco nos clientes, responsabilização por resultados (accountability) e novas oportunidades para o desenvolvimento de lideranças.

Foram criadas áreas de inteligência de mercado nas Unidades de Negócio, para identificar oportunidades, analisar perspectivas e alternativas estratégicas, sempre com o objetivo de entender melhor as necessidades de nossos clientes e prestar-lhes melhores serviços.

Nossos colaboradores melhor assistidos por nossa área de Recursos Humanos, que passou a ser uma Diretoria. Com profissionais atuando com alavanca estratégica para a obtenção de resultados, a área de RH propõe-se a tratar nossos funcionários como "clientes internos", atendidos com parceiros de negócios, num relacionamento mais próximo e eficaz.

O quadro de inovações organizacionais e de gestão se completa com o novo formato do ciclo anual de planejamento estratégico, cuja metodologia é fundamentada na gestão à base de valor para o acionista. O passo inicial são as orientações estratégicas emanadas pelo Conselho de Administração, que indicam

os grandes rumos a seguir. A Diretoria tem a responsabilidade de elaborar o planejamento estratégico propriamente dito, contendo as recomendações sobre as alternativas para alcançarmos nossos objetivos. O ciclo prossegue com o plano plurianual, que lista as ações e projetos de médio prazo, com o qual se alinha o orçamento, que define os recursos disponíveis em curto prazo para a execução da estratégia. O ciclo se fecha com a definição de metas individuais e coletivas.

Todo esse conjunto de ações organizacionais teve o propósito de dinamizar as estruturas internas, motivar e dar coesão às equipes para sustentar a busca de nossos objetivos de crescimento. 2007 será um marco nessa trajetória. Nossa prioridade máxima é a implantação do Projeto Mucuri. Com Mucuri e Ripasa, junto a outras iniciativas de crescimento orgânico e de aumento de produtividade, fecharemos um ciclo de crescimento que mais que dobra nossa capacidade produtiva nesta primeira década do século. Estamos já trabalhando nas alternativas estratégicas para novas etapas de crescimento.

Em paralelo, continuaremos aperfeiçoando o nosso modelo de gestão baseado nos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Serão redefinidos os padrões de desempenho e metas de gestão, com ênfase em excelência operacional e em pesquisa e desenvolvimento orientada para a inovação. Seguiremos firmes no propósito de estar entre as duas maiores e mais rentáveis empresas do setor no Brasil. Nossa estratégia continuará calcada nos pilares (i) crescimento em rentabilidade; (ii) competitividade; e (iii) sustentabilidade. Pretendemos aprofundar nossa atuação relativa ao terceiro pilar, desenvolvendo ações tanto na área ambiental (preservação da biodiversidade, diminuição do consumo de água, auto-suficiência energética a partir de fontes renováveis), quanto na área social (relacionamento com lideranças comunitárias, desenvolvimento local e segurança dos nossos colaboradores).

Para sustentar todas essas iniciativas, em 2007 estaremos voltados também para o desenvolvimento das pessoas que fazem os nossos negócios. Pretendemos aprofundar ainda mais o sentido de time e de trabalho em equipe, com respeito e valorização das diferenças. Queremos aprofundar o envolvimento e comprometimento dos nossos colaboradores com as nossas aspirações e estratégias, criando um ambiente voltado para a alta performance e retenção de talentos. Trabalharemos com energia para a disseminação de uma cultura de meritocracia, que premie os mais eficazes com base em regras claras e igualdade de oportunidades. É assim que iremos assegurar nossa permanência entre as maiores e mais rentáveis empresas do setor.

Antonio Maciel Neto
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2006

1. Visão Geral

Somos uma empresa de base florestal, orientada para a inovação e com atuação global. Nosso modelo de gestão visa ao aprimoramento dos processos, de forma a garantir resultados financeiros com respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Nossa Companhia iniciou a utilização do eucalipto como matéria-prima para a produção de celulose, há 50 anos, de forma pioneira. Somos uma das maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina, e fazemos parte do Grupo Suzano, que possui 83 anos de experiência no mercado de papel e celulose.

Nosso foco está na obtenção de ganhos de competitividade e de escala global, bem como na geração de valor, o que exige investimentos constantes em projetos de modernização, ganhos de eficiência e de diferenciação em qualidade e serviços.

Com florestas certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC) e participação na Chicago Climate Exchange (CCX) para a comercialização de créditos de carbono, buscamos ser referência mundial, em nosso setor de atividade, nas áreas de responsabilidade socioambiental e eficiência.

Possuímos três unidades industriais. Em Mucuri, no Sul da Bahia, está sediada a nossa maior unidade integrada, produtora de celulose e papel. Outras duas fábricas (Suzano e Rio Verde) estão sediadas no interior de São Paulo. A Ripasa, de cujo capital participamos, possui quatro unidades industriais no Estado de São Paulo: uma fábrica integrada em Americana, e três fábricas de papel, em Cubatão, Embu e Limeira. Atualmente, considerando nossa participação de 50% no adicional de produção oriundo da aquisição da Ripasa, em 2005, possuímos uma capacidade total de produção de 1,5 milhão de toneladas por ano de celulose de eucalipto. Destes montante, 700 mil toneladas são comercializadas como celulose de mercado e o restante é destinado para a produção de 1,1 milhão de toneladas de papéis e papelcartão, o que totaliza uma capacidade de produtos acabados de aproximadamente 1,8 milhão de toneladas por ano. A Unidade Embu, a partir de 31 de março de 2007, passará a ser 100% de nossa propriedade e as Unidades Cubatão e Limeira estão em processo de alienação a terceiros.

Nossas áreas florestais situam-se no sul da Bahia, norte do Espírito Santo, interior de São Paulo, nordeste de Minas Gerais e norte do Maranhão. Tomando como base dados de 31 de dezembro de 2006, temos propriedade de 462 mil hectares de terra, dos quais 300 mil são destinados à produção de celulose, sendo 175 mil ha empregados no plantio de eucalipto. Adicionalmente, a Ripasa possui, na mesma data, 102 mil ha de terra, dos quais 73 mil ha são empregados no plantio de eucalipto, e os demais 29 mil ha são destinados à preservação e infra-estrutura.

Nossas principais vantagens competitivas são:

- Operações verticalmente integradas e baixos custos de produção;
- Elevado potencial de crescimento orgânico;
- Qualidade de produtos superior e alta competência tecnológica;
- Produtos e mercados diversificados com sólida geração de caixa;
- Elevados padrões sociais e ambientais.

Grupo Suzano

A Suzano Papel e Celulose pertence ao Grupo Suzano, que há 83 anos investe no segmento de papel e celulose e há mais de 30 está presente na área petrolquímica. Os dois segmentos compõem o foco estratégico do Grupo, o que tem como missão destacar-se entre os dez mais rentáveis processos empresariais privados brasileiros, a partir de uma visão que reúne controle familiar, gestão profissional de alta performance e parceria com o mercado de capitais. É sua proposta atuar somente em setores dotados de vantagens comparativas, por meio de participação em companhias que tenham diferenciais competitivos e nas quais possa exercer influência sobre a gestão.

2. Cenário Econômico

A combinação de alta liquidez financeira mundial, baixa aversão ao risco dos investidores internacionais e estabilidade e controle da inflação no Brasil, trouxe ambiente favorável para a valorização dos ativos no Brasil, com redução das taxas de risco-país a patamares historicamente baixos. O quadro de crescimento global foi positivo no ano. Isso ocorreu devido ao contínuo crescimento da China, que manteve efeitos positivos nos preços das commodities, e também em razão da recente aceleração do crescimento europeu. No Brasil, a redução da taxa Selic, que caiu de 17,25% em janeiro para 13,25% em dezembro, contribuiu para que esse quadro de crescimento global também ocorresse no país, apesar de mais modesto, gerando um ambiente favorável para o crescimento da demanda de papéis no mercado doméstico.

Composto esse cenário com o lucro das empresas e o crescimento global sólido, a Ibovespa situou-se em níveis recordes em dezembro - próximo a 42 mil pontos, muito acima da média dos 33 mil pontos registrada em dezembro de 2005. A valorização anual do Ibovespa atingiu 27%. O Índice Brasil (IBX-Mélio) da Bovespa apresentou crescimento médio de 36%.

O cenário acima combinado ao câmbio flutuante e saldos positivos do balanço de pagamentos, fortaleceu ainda mais o Real no ano de 2006, com consequências negativas para nossas margens na exportação e para os preços de nossos produtos no mercado doméstico. O câmbio de fechamento em 2006 atingiu R\$ 2,14, com desvalorização anual do dólar médio de 10,7%.

Cotação Real x Dólar

Taxa R\$/US\$	2006	2005	2004
Abertura	2,34	2,65	2,89
Fechamento	2,14	2,34	2,65
Média	2,18	2,44	2,93
Variação Abert./Fech.	-9,7%	-11,8%	-8,1%
Var. Média Ano Anterior	-10,7%	-16,8%	-4,9%

Fonte: Bacen

O dólar canadense iniciou o ano cotado em US\$ 1,36 e terminou o ano em US\$ 1,18, diminuindo o ambiente desfavorável para os produtores de celulose naquele país. De outro lado, o Euro apresentou valorização de 12,6% em relação ao dólar americano, e contribuiu para o crescimento do preço médio da celulose no mercado internacional.

3. Estratégia de Negócios

Alinhada à visão do Grupo Suzano para 2015 - estar entre os dez maiores conglomerados econômicos privados brasileiros em lucratividade -, nossa estratégia de negócios, construída com base na metodologia Gestão de Valor para o Acionista, busca assegurar bons resultados econômicos, sociais e ambientais (triple bottom line). Nossos objetivos são estar entre as duas maiores e mais rentáveis empresas brasileiras do setor e conquistar a admiração dos mercados e da sociedade onde atuamos. Três pilares de gestão sustentam os objetivos definidos durante o processo de planejamento conforme o diagrama a seguir.

Crescimento e Rentabilidade

- Attingir escala global em celulose de mercado
- Atuar nos principais mercados de papéis brancos com:
 - Liderança na América do Sul e
 - Foco em rentabilidade e no cliente

Expandir a produção

Por meio de projetos de crescimento orgânico, aumento de produtividade ou de fusões e aquisições, buscamos o crescimento contínuo e a ampliação da escala, para a conquista de patamares de custo cada vez mais baixos.

A implantação do Projeto Mucuri e a reestruturação da Ripasa são os principais projetos que tiveram desenvolvimento em 2006. Com o início da operação do Projeto Mucuri, previsto para outubro de 2007, passaremos para 2,8 milhões de toneladas de produtos.

Desenvolvimento de produtos

Buscamos diferenciação por meio de produtos inovadores com qualidade e competitividade internacionais.

Competitividade

- Ter competitividade por meio de uma gestão de classe mundial
- "World Class Pulp & Paper"

Aprimorar a eficiência operacional e a competitividade

Cogestivamos aprimorar a eficiência operacional e a competitividade de nossos ativos por meio de pesquisa e desenvolvimento e excelência na gestão industrial e florestal. Nossa carteira de projetos envolve, entre outros, pesquisas para mapear a sequência genética do eucalipto, visando acelerar seu desenvolvimento e aperfeiçoar a qualidade das fibras; implantação do orçamento material para a otimização dos custos fixos e despesas; projetos Seis Sigma para a melhoria de processos operacionais e administrativos; e a continuação da captura de ganhos de eficiência nas operações da Ripasa.

Sustentabilidade

Pretendemos garantir nossa sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de ações contínuas como: (i) aprimoramento das unidades de negócios e áreas prestadoras de serviços, buscando a criação de maior valor aos acionistas; (ii) aperfeiçoamento contínuo do modelo de gestão baseados nos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade; (iii) aprimoramento das práticas de governança corporativa; e (iv) atendimento aos critérios do ISE. Para nós, sustentabilidade é a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem. Isso implica construir bases para um crescimento rentável, que integre operações competitivas e ecoeficientes com produtos e relacionamentos de qualidade com todas as partes interessadas.

4. Investimentos

Um total de R\$ 1.764,7 milhões ou US\$ 811,3 milhões foram investidos em 2006, sem considerar investimentos realizados nas unidades operacionais de Ripasa, com destaque para: (i) R\$ 250,4 milhões

em investimentos correntes florestais e industriais e modernizações industriais; (ii) R\$ 59,0 milhões na implantação do Complexo Hidrelétrico Capim Branco e (iii) R\$ 1.453,2 milhões no Projeto Mucuri; e (iv) R\$ 2,1 milhões em outros investimentos. Todos esses valores estão deduzidos do crédito de R\$ 113,0 milhões de PIS/COFINS sobre os investimentos realizados.

4.1. Projeto Mucuri

Em 2006, importantes passos foram realizados para a implementação do Projeto Mucuri. Ao longo do ano, foram completadas as obras de infra-estrutura, obras civis e no final do ano iniciaram-se as etapas de montagem. Foram desembolsados, em 2006, cerca de US\$ 718,1 milhões, que somados aos US\$ 55,2 milhões desembolsados em 2005, totalizam US\$ 773,3 milhões, representando cerca de 60% do investimento previsto. Tais números não estão deduzidos do crédito de PIS/COFINS no valor de R\$ 108,7 milhões ou US\$ 50,0 milhões em 2006. As diversas iniciativas de otimização e redução de custos de investimentos em parceria com fornecedores conseguiram neutralizar o efeito da valorização do câmbio sobre os desembolsos em reais, que correspondem a 75% do orçamento total. Dessa forma, foi possível manter o valor total do investimento em US\$ 1,3 bilhão, inicialmente aprovado por nosso Conselho de Administração, cujo fluxo de desembolso é apresentado a seguir:

Em US\$ milhões

	2005 R	2006 R	2007 E	2008 E	Total
Investimento	55,2	718,1	482,6	50,8	1.306,7

Foram assinados em 2006 os contratos de financiamento necessários para a construção da nova planta, com participação relevante do BNDES. Foram também obtidos financiamentos com seguro de agências de crédito de exportação estrangeiras (ECAs), e com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No gráfico abaixo, mostramos a participação de cada linha de financiamento e suas principais características.

BNDES

- TLFP - 2,50% a.a.
- Cesta de Moedas + 8,00% a.a.
- Vencimento: 10 - 11 anos
- Carência: 3 anos

ECAs/NB/FINIMP

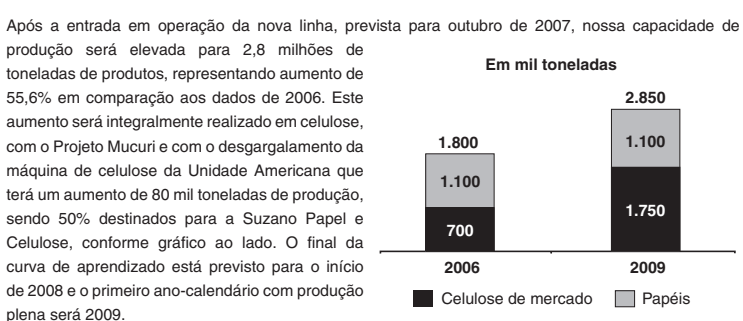
- Libor + 2,0% a.a.
- Vencimento: até 12 anos
- Carência: 2 anos

FNE

- BNB: 9,78% a.a.
- Vencimento: até 12 anos
- Carência: 3 anos

Recursos Próprios

- 54%
- 22%
- 8%
- 17%



5. Áreas de Negócios e Operações

5.1. Unidade de Negócio Florestal

Nossas áreas de propriedade, sem incluir as da Ripasa, atingiram, no final de 2006, um total de 462 mil hectares de terras, nos Estados da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais e de São Paulo. Destes, 300 mil correspondem a áreas voltadas para a produção de celulose e papel, sendo 175 mil hectares disponíveis para plantio e os outros 42% para preservação e infra-estrutura. O fomento, sistema em que produtores independentes locais, por meio de contratos, plantam eucalipto em suas próprias terras, atingiu 74 mil ha e a madeira proveniente destes produtores passou a representar 13% do nosso consumo total de madeira, em comparação a 10% em 2005, em linha com nosso objetivo de elevar a participação do fomento para cerca de 20% com o Projeto Mucuri. As vendas de madeira em pé para terceiros foram de 1,0 milhão de m³.

Durante o ano, 49,5 milhões de mudas foram expedidas, com 34,5 mil ha de plantios em todas as áreas da empresa. O incremento médio florestal nas áreas utilizadas para produção atingiu 45,4 m³/ha/ano em São Paulo e na Bahia, com base no inventário florestal contínuo.

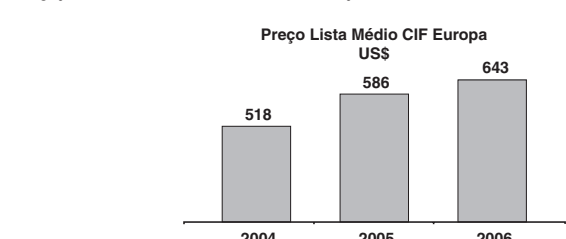
Entre as principais realizações de 2006, estão:

- Conclusão do programa de compra de terra para produção de 1,1 milhão de toneladas de celulose na Unidade Mucuri;
- Obtenção de Licença de Localização de 20 mil hectares de plantio na Bahia, necessária para a potencial expansão para 1,25 milhão de t/ano na Linha 2 da Unidade de Mucuri;
- Conclusão do Projeto Visão, que resultou no estabelecimento de metas de melhorias operacionais;
- Com a conquista da certificação FSC (Forest Stewardship Council) em 2006 nas Unidades Florestal e Industrial de Suzano e Rio Verde em São Paulo, passamos a deter o maior escopo de múltiplas certificações florestais, segundo a IAF - International Accreditation Forum, que inclui FSC, ISO 14001, ISO 9001 e OHSAS 18001;
- A Suzano Papel e Celulose alcançou o status de membro pleno do CCX (Chicago Climate Exchange), sendo uma das exigências a realização do inventário de emissões de gases de efeito estufa, que foi concluído em setembro de 2006; e
- Inauguração do novo Centro de Tecnologia Florestal em Itapetinga (SP).

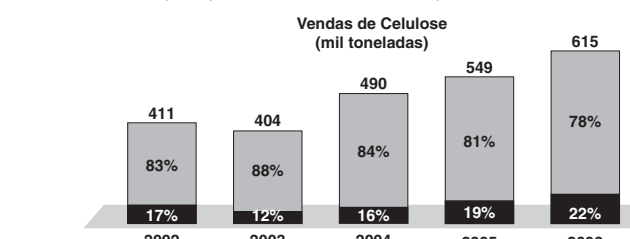
5.2. Unidade de Negócio Celulose

A demanda mundial por celulose de mercado em 2006 apresentou crescimento de 4,1%, segundo a PPPC (Pulp and Paper Products Council), em relação a 2005. Este crescimento foi principalmente influenciado pela celulose de fibra curta, cuja demanda expandiu-se em 8,1% em 2006. O eucalipto, principal fibra curta, apresentou um crescimento de 12,1% em 2006. Com o contínuo crescimento da demanda por fibra curta acima da da fibra longa, o ano de 2006 foi marcado pela superação da demanda por fibra curta em relação à fibra longa, o que ocorre pela primeira vez na história do setor. O Brasil desponta como o principal produtor de eucalipto, tendo representado em 2006, 62% da oferta mundial. O ano de 2006 foi marcado por um aquecimento do mercado de celulose, com aumento de 9,7% no preço-lista médio de celulose branqueada de eucalipto CIF Norte da Europa, para US\$ 643 por tonelada, e de 11,6% na fibra longa, para US\$ 681. Os principais fatores para a alta das cotações foram o crescimento da demanda, sobretudo na China, e os eventos de redução na oferta, tais como fechamentos de plantas no Hemisfério Norte e atrasos nas entradas das expansões de outros produtores. Os estoques mundiais de celulose, que no início de 2006 eram de 32 dias, tiveram pequena oscilação durante este ano, encerrando em 31 dias em dezembro, níveis baixos historicamente, com utilização da capacidade em 98% em dezembro de 2006. No mercado de fibra longa, os estoques encerraram o ano em 27 dias, o que reflete a inexistência de projetos de expansão nessa fibra e a elevação de 1,2% da demanda. Os estoques de fibra curta, por sua vez, alcançaram 37 dias, tendo em vista a entrada em operação dos produtores chilenos.

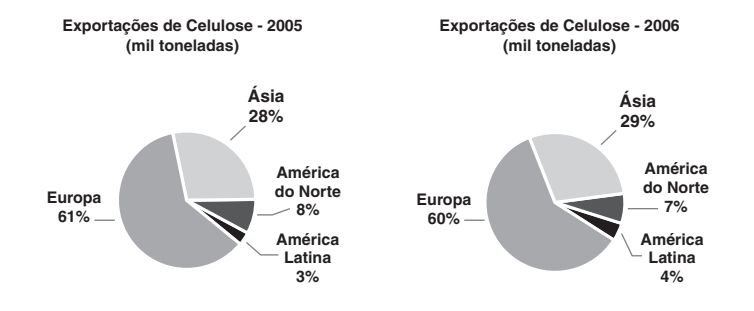
Este efeito ocasionou um aumento na diferença de preços entre fibra longa e curta (preço de BNSK menos preço Eucalipto), que chegou a ser, em média, de US\$ 38, sendo US\$ 15 maior do que em 2005. Em dezembro de 2006, esta diferença atingiu US\$ 60 e em fevereiro de 2007 dados até o momento da divulgação desse relatório, indicam uma diferença de US\$ 80.



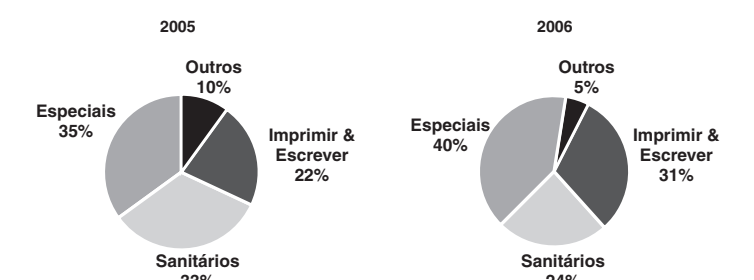
Em 2006, incluindo a participação proporcional da Ripasa, comercializamos 615 mil toneladas de celulose de mercado, ante 549 mil toneladas em 2005. Contribuíram para o aumento de 12%, fatores como o crescimento da participação da consolidação proporcional de 23% para 50% das operações da Ripasa, a maior eficiência de produção de nossas unidades industriais, bem como os projetos de melhorias produtivas, com desgargamentos pontuais. Do total das vendas, 78% foram destinados ao mercado externo, composto por mais de 120 clientes em 28 países.



As regiões para onde exportamos em 2005 e 2006 estão apresentadas nos gráficos a seguir. Em 2006 foram exportadas 480,6 mil toneladas em comparação a 444,3 mil toneladas em 2005.



Nossa estratégia considera que os mercados em que operamos continuarão em crescimento e que existe espaço para o nosso próprio crescimento dentro desses mercados. Os volumes vendidos de celulose foram direcionados para clientes que operam em quatro segmentos, conforme o gráfico abaixo.



Marca SUZANO PULP®

Em 2006, nossa celulose ganhou uma nova marca: SUZANO PULP®, fabricada nas três unidades de produção de celulose - Mucuri, Suzano e Ripasa/Americana -, a nova marca retinha a Bahia Sul, marca anterior, produzida apenas na Unidade Mucuri, consolidando nossos processos e padrões de qualidade. Além de ter criado o padrão visual necessário para a identificação dos nossos produtos nos portos, armazéns e em nossos clientes, a marca SUZANO PULP® desempenha papel relevante na estratégia de crescimento da nossa celulose no mercado internacional.

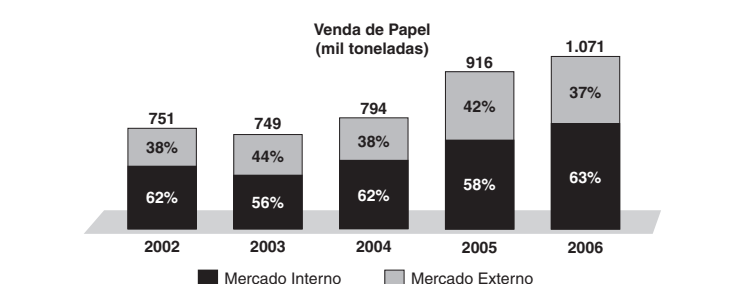
5.3. Unidade de Negócio Papel

O contexto global no setor de papel foi marcado por elevação dos preços internacionais, provocada, principalmente pela racionalização da produção na América do Norte, cuja capacidade de produção de papel para imprimir e escrever decresceu 2,7%, equivalentes a 1 milhão de toneladas. O mercado europeu permaneceu pressionado pela sobre-oferta de produtos ligada à valorização do euro em relação ao dólar americano, o que dificultou as exportações de papéis dos produtores europeus.

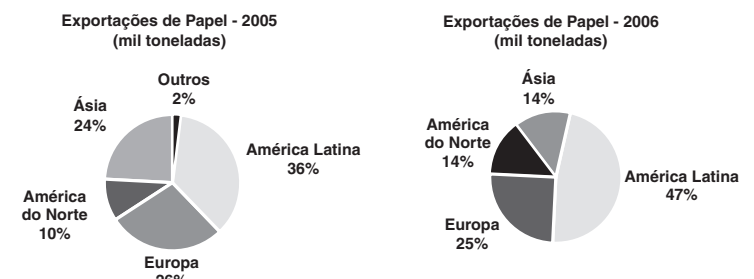
O consumo brasileiro de papéis de imprimir e escrever cresceu cerca de 12%, segundo a Bracelpa, impulsionado principalmente por dois fatores: (i) compras do governo devido ao 1º ano do ciclo do Programa Nacional do Livro Didático; (ii) maiores exportações de produtores de caderno para o mercado norte-americano. No segmento de papelcartão, o crescimento da demanda interna ficou em 3,3%, influenciado pelo crescimento do mercado editorial, que compensou a tendência de redução de gramaturas no mercado de embalagens.

Durante o ano, o diferencial médio entre os preços de papel de imprimir e escrever em bobinas no mercado externo e os preços médios de celulose de mercado foi de US\$ 153 por tonelada (CIF Norte Europa). Esse patamar é abaixo do registrado historicamente, com média de 10 anos de US\$ 216 por tonelada.

Em 2006, incluindo a participação de 50% na Ripasa, foram comercializadas 1.071 mil toneladas de papel (916 mil toneladas em 2005) para 545 clientes em 68 países. O crescimento de 16,9% do volume vendido foi decorrente da maior participação na Ripasa. Houve crescimento de 28,8% do volume comercializado no mercado doméstico, que atingiu 63,4% do total em comparação a 57,5% em 2005, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



As exportações foram para os seguintes mercados, sendo que em 2006 os volumes atingiram 392,5 mil toneladas e em comparação a 388,9 mil toneladas em 2005:

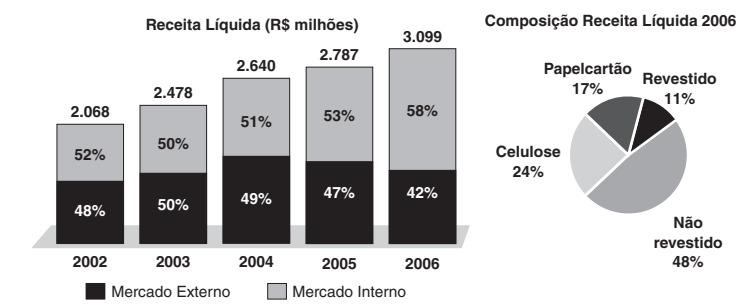


5.4. Produção

Nossa produção, considerando a participação proporcional em Ripasa, atingiu o volume recorde de 1.717,8 mil toneladas, incremento de 15,9% em comparação ao ano de 2005, distribuídas em 638,1 mil toneladas de celulose de mercado e 1.079,7 mil toneladas de papéis. Este volume refletiu a incorporação de 50% da produção da Ripasa e também maior ritmo de produção em nossa planta de celulose da Unidade Mucuri, que atingiu capacidade total de produção de 700 mil toneladas.

Em 2006 nosso custo médio de produção de celulose de mercado na Unidade Mucuri apresentou redução de 4,6% e fechou em R\$ 455,4 por tonelada, sem o custo da madeira em pé. Esta redução é explicada pelo maior ritmo de produção com consequente diluição nos custos fixos e também à redução nos consumos específicos de químicos e madeira, que reduziram o custo variável unitário da celulose. O custo da madeira em pé foi de R\$ 37 por tonelada em 2006, comparado a R\$ 34 em 20

O mercado externo foi responsável por 42,4% da receita de vendas, com R\$ 1.313,2 milhões de receita, em comparação a 47,4% registrado no ano de 2005. Esta redução é explicada principalmente pelo crescimento de 21,8% na receita líquida no mercado interno, influenciada pela consolidação de maior proporção das vendas da Ripasa em 2006, mais voltadas para o mercado doméstico. Além disso, com a valorização do real em 2006, houve redução de 0,6% na receita líquida proveniente de exportações.



Celulose:

As vendas de celulose atingiram R\$ 736,6 milhões, valor 9,5% superior ao registrado em 2005. Este incremento reflete o efeito do aumento dos preços no mercado internacional que praticamente compensou o efeito da valorização cambial no período. Nosso preço médio líquido de venda no mercado internacional atingiu US\$ 565 por tonelada em 2006, comparado a US\$ 516 por tonelada em 2005. O volume exportado de celulose atingiu 78,2% do total, em comparação a 80,9% em 2005, o que reflete a menor proporção de exportação de celulose da Ripasa. O preço médio obtido com a venda de celulose atingiu R\$ 1.198,7, valor 2,2% inferior ao registrado em 2005, em um cenário de desvalorização do dólar médio de 10,7% durante o ano de 2006.

Papel:

Registrarmos uma receita líquida com a venda de papéis de R\$ 2.362,4 milhões em 2006, aumento de 11,7% em comparação a 2005. O efeito positivo do aumento de 16,9% no volume comercializado para 1.071,1 mil toneladas em 2006, foi parcialmente prejudicado pela redução de 4,4% no preço médio dos papéis, que foi de R\$ 2.205,56 por tonelada em 2006. O aumento no volume comercializado de papel deveu-se, principalmente, ao maior volume comercializado de produtos da Ripasa e ao crescimento das vendas domésticas. O mercado interno foi responsável por 63,4% das vendas de papéis, em comparação a 57,5% em 2005.

Ebitda Ajustado

(Lucro Operacional eliminando-se os efeitos do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, depreciação e amortização incluídos nesse lucro operacional)
A geração de caixa medida pelo Ebitda Ajustado apresentou elevação de 13,9% em comparação a 2005 e atingiu R\$ 1.039,5 milhões. A principal razão deste crescimento foi o maior volume de vendas, principalmente em função do aumento da consolidação proporcional da Ripasa. A maior participação do mercado interno nas vendas de papéis contribuiu para que a margem ebitda sobre a receita líquida de vendas atingisse 33,5% em 2006, em comparação a 32,8% em 2005. Em dólares o Ebitda Ajustado registrou atingiu US\$ 478,2 milhões, comparado a US\$ 376,8 milhões em 2005.

Os principais efeitos positivos sobre o ebitda ajustado neste exercício foram:
(i) Crescimento do volume total comercializado e dos preços em dólares;
(ii) Redução no custo médio unitário dos produtos de 3,9% para R\$ 1.157,2 por tonelada, em função principalmente de mudanças no mix de vendas, com maior volume de vendas de papéis não revestidos no mercado doméstico e resultado dos esforços de redução de custos.

Esses efeitos positivos, no entanto, foram prejudicados pelos seguintes eventos:
(i) Valorização do Real sobre os preços de exportação, que provocou redução do preço médio praticado em reais;
(ii) Aumento das despesas comerciais em 12,2% devido o maior volume comercializado
(iii) Aumento de 10,8% nas despesas administrativas, devido à maior consolidação proporcional das vendas da Ripasa, ao reajuste salarial de 2006 e gastos não-recorrentes no montante de R\$ 18,8 milhões.

Lucro Líquido

Além dos fatores operacionais que afetaram o Ebitda ajustado, outros fatores tiveram efeito sobre a variação do lucro líquido, que passou de R\$ 499,6 milhões para R\$ 443,7 milhões em 2006, conforme a seguir:
(i) Aumento das despesas financeiras líquidas, totalizando R\$ 186,5 milhões, com crescimento de 29,2% em relação a 2005, devido a: (a) maior nível de endividamento líquido médio no ano, compensado parcialmente por operações de swap cambial; (b) crescimento de R\$ 8,0 milhões em despesas de CPME, tendo em vista o maior fluxo de desembolso financeiro; e (c) consolidação da dívida da Ripasa.
(ii) Menor resultado positivo de variações monetárias e cambiais líquidas que atingiram R\$ 133,7 milhões em 2006, em comparação a R\$ 177,6 milhões em 2005.
(iii) Redução da constituição de provisão para passivos atuais em 2006 e melhor resultado com venda de imobilizado.

6.2. Fluxo de Caixa e Dívida

Em 31 de dezembro de 2006, a dívida líquida consolidada era de R\$ 3.918,7 milhões, o que representa a geração de 3,77 vezes a geração de caixa no período (Ebitda ajustado), ante 2,75 vezes em 2005. Quando consideramos o Ebitda pré-forma de 2006, que contempla a participação de 50% na Ripasa desde o início do ano, a relação dívida/Ebitda é 3,65 vezes.
Em função das condições favoráveis de liquidez nos mercados, aumentamos o saldo de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão de disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo para reduzir o risco de refinanciamento. Com o mesmo objetivo, contratamos uma *stand-by facility* no valor de US\$ 200 milhões, com possibilidade de desembolso em até três anos e prazo de pagamento de mais três anos, resultando em um prazo total de até seis anos.
Entre os principais eventos que provocaram o crescimento do endividamento, além do efeito decorrente do crescimento da consolidação proporcional da dívida da Ripasa, de 23% para 50%, destacam-se:
(i) investimentos operacionais de R\$ 1.764,7 milhões; (ii) pagamento complementar aos acionistas minoritários da Ripasa de R\$ 80,0 milhões em julho de 2006; e (iii) pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 182,4 milhões.

6.3. Gestão de riscos empresariais

Com base na metodologia *COSO - Integrated Framework (2004)* foi desenvolvido em 2006 projeto-piloto para mapeamento dos principais riscos em cada Unidade de Negócio durante o ciclo de planejamento estratégico. A gestão de riscos empresariais é um processo focado na identificação, mensuração, definição de respostas e controles dos potenciais eventos que venham a afetar negativamente nossa estratégia.

Desenvolvemos uma classificação de riscos, separando-os em riscos estratégicos, operacionais e financeiros. Os eventos identificados foram analisados do ponto de vista de seus impactos financeiros, a probabilidade e o prazo de ocorrência. Entre os principais riscos em cada Unidade de Negócio, citamos os seguintes:

Riscos relacionados ao negócio

• Preços de produtos

Estamos sujeitos a riscos de relacionamento principalmente à volatilidade de volume e preço de papel e de celulose em seus mercados, em decorrência de variações nas capacidades de produção e demanda mundial, e de oscilações (i) das taxas de câmbio relativas às principais moedas do mundo e (ii) das taxas de juros.

• Concurrenças de grande porte e produtos importados

Enfrentamos concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com elevados recursos financeiros. Historicamente, as importações de papel e celulose não têm provocado impacto relevante no mercado doméstico, devido aos custos de logística e a ausência de importação impacta a esses produtos. Se o governo federal decidir diminuir as tarifas de importação, ou se houver um prolongado período de valorização do real em relação ao dólar, poderemos enfrentar aumento na concorrência no mercado doméstico de produtores estrangeiros.

• **Atrasos nos projetos de expansão e/ou aumentos dos investimentos inicialmente programados**
Projetos de crescimento envolvem vários riscos, incluindo os de engenharia, construção, regulamentação e outros desafios significativos que podem atrasar ou impossibilitar a conclusão ou a operação do projeto, ou mesmo aumentar significativamente seus custos. Para mitigar esses riscos, (i) contratamos financiamentos com prazo e perfil adequados e taxas competitivas; (ii) gerenciamos de maneira eficaz os projetos; e (iii) contamos com a experiência de administradores e consultores especializados. No caso do Projeto Mucuri, foi construída uma ampla matriz de riscos e de planos de ação e contingência.

• **Nossa cobertura de seguro pode ser insuficiente para cobrir perdas e não abrange danos causados às florestas**
Contratamos amplas coberturas com seguradoras líderes de mercado e frequentemente reavaliamos os riscos patrimoniais para eventual ajuste dos contratos a custos adequados. Contudo, existem riscos presentes em situações nas quais nossas apólices de seguro podem ser insuficientes para cobrir eventuais perdas, sobretudo nas florestas. Nos últimos três anos, incêndios em nossas florestas resultaram em prejuízo acumulado de aproximadamente 0,2% do total de sua área cultivada, o que, portanto, não justifica a contratação de coberturas, sendo os riscos gerenciados internamente.

• **Dependentes de terceiros como fornecedores de parte das necessidades de madeira**
A madeira é a principal matéria-prima utilizada para a produção de celulose e produtos de papel. Em 2006, aproximadamente 13% da madeira que utilizamos foram adquiridos de terceiros. Com o crescimento de nossas operações, essa porcentagem deverá aumentar para aproximadamente 20%. Geralmente, celebramos contratos de fornecimento de madeira e longo prazo com esses fornecedores, por um período variando entre sete e 14 anos.

6.3.1. Riscos econômico-financeiros

Um dos principais riscos desta natureza é a volatilidade do real frente ao dólar, já que parte significativa do endividamento é nesta moeda. Nossa política de *hedge* é norteada pelo fato de que cerca de 45% da receita líquida é proveniente de exportações em dólares. Este *hedge* natural objetiva conciliar o fluxo dos pagamentos do financiamento das exportações com o do recebimento das vendas. Quando há vencimento de financiamento em dólar não atrelado ao fluxo de exportações, estrutura-se uma operação específica de *hedge*, para o vencimento da operação. Em 31 de dezembro de 2006, não havia operações relevantes deste tipo. São celebrados também contratos que visam o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações esperadas nas taxas de juros.
Ao final de 2006, nosso montante do risco de flutuação das taxas de câmbio em relação à exposição de obrigações em moeda estrangeira, baseada na potencial variação de resultado gerada por uma desvalorização hipotética do Real de R\$ 0,10, seria de R\$ 105,5 milhões, comparada a uma perda potencial de R\$ 55,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 e R\$ 21,9 milhões em 31/12/2004. Já a exposição à flutuação dos juros era de 36,9% comparada a 48,6% em 31 de dezembro de 2005.

Como estratégia de proteção contra a volatilidade do risco País e da disponibilidade de linhas de financiamento, adotamos uma política de alongar o perfil de nossa dívida, com redução do risco de rolagem. Em 31/12/2006, o prazo médio do perfil da dívida de longo prazo era de 4,2 anos, em comparação a 3,8 anos em 2005.

7. Mercado de Capitais

Nossas ações apresentaram valorização de 85% em 2006, ante valorização de 33% do Ibovespa. Em dólares, a valorização de nossas ações representou valorização de 117% e nosso valor de mercado atingiu US\$ 3,1 bilhões no final do ano.

A liquidez das ações da Suzano também apresentou significativa melhoria ao longo de 2006, fechando o ano com média de volume negociado diário de R\$ 6,4 milhões por dia, ante R\$ 2,7 milhões em 2005. Durante o quarto trimestre, o volume médio diário de negócios atingiu R\$ 14,9 milhões. Este incremento de liquidez durante o ano foi influenciado por: (i) conclusão da reestruturação societária da Ripasa com migração dos seus acionistas minoritários para nosso capital, (ii) excelente desempenho operacional da Ripasa; (iii) percepção mais favorável sobre o setor de papel e celulose e (iv) perspectivas positivas do nosso crescimento com a implantação do Projeto Mucuri. As ações em circulação, que representavam 32,5% do capital total, encerraram 2006 em 34,7% do capital total. Com a oferta pública secundária (excluindo o exercício da opção de ações suplementares - *green shoe*) de 23,6 milhões de ações preferenciais classe A, realizada no início de 2007, na qual os acionistas venderam foram BNDES e Suzano Holding, nosso *free float* atingiu 42,2% do total de ações, o que favorecerá o crescimento da liquidez de nossas ações em bolsa.

8. Governança Corporativa

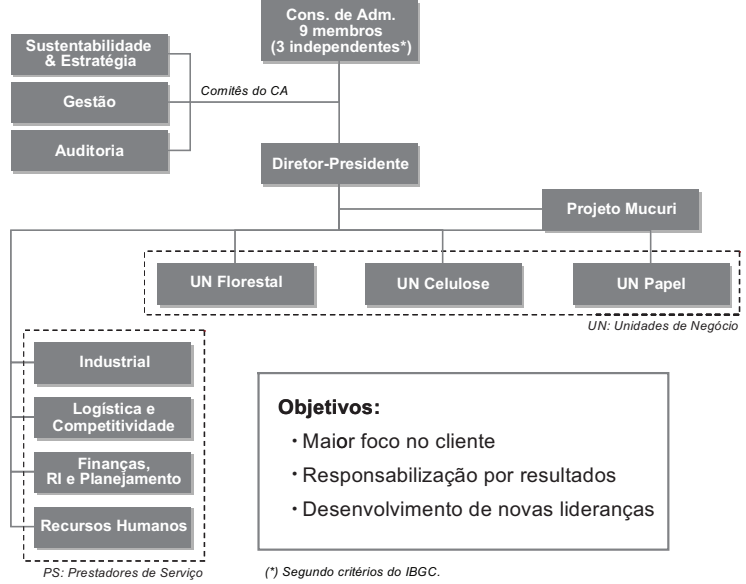
Nosso sistema de governança corporativa estabelece estruturas e políticas para a direção e monitoramento da Companhia, envolvendo o seu sistema de crenças e valores e as diretrizes para o relacionamento com o Mercado de Capitais, acionistas majoritários e minoritários, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. Nossas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da Companhia, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Listada no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa, nossa Empresa tem como instância máxima de governança o Conselho de Administração, composto por nove membros efetivos e um honorário, que

não fazem parte da Diretoria. Três desses conselheiros são independentes, de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O mandato dos conselheiros é de um ano. O cronograma de reuniões contempla encontros trimestrais, além da possibilidade de convocações extraordinárias sempre que necessário. O Conselho Fiscal é permanente e também se reúne trimestralmente. Composto por três membros, dois deles indicados pelos acionistas controladores e um por acionistas preferencialistas.

Novo Modelo Organizacional

O novo modelo organizacional da Suzano Papel e Celulose, constituído por unidades de negócio atendidas por áreas prestadoras de serviço, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, conforme diagrama a seguir.



O Conselho de Administração é assessorado por três comitês: de Estratégia e Sustentabilidade, de Gestão e de Auditoria. Seus atribuições são relacionadas às seguintes matérias:

- **Comitê de Sustentabilidade e Estratégia**
 - Estratégia de longo prazo e seu planejamento;
 - Disseminação do conceito estratégico de Sustentabilidade, visando assegurar padrões mundialmente aceitos como referência de excelência.
- **Comitê de Gestão**
 - Áreas de finanças, orçamentos e controle, gestão de talentos, remuneração dos executivos, assuntos legais, novos negócios, investimentos e relacionamento com o mercado e investidores, formulando políticas corporativas quando for o caso;
 - Acompanhamento dos resultados e do desempenho dos executivos através de metodologia específica, procurando garantir aderência às metas estabelecidas no planejamento estratégico, plano de negócios e no orçamento;
 - Elaboração e formulação de políticas corporativas específicas para as áreas ambiental, saúde e de segurança, assim como pela nossa participação na elaboração do Código de Conduta e do Relatório Anual de Sustentabilidade do Grupo.
- **Comitê de Auditoria**
 - Análise das demonstrações financeiras, assegurando-se que a Diretoria desenvolva e implemente controles internos confiáveis, inclusive quanto à qualidade das informações de controladas;
 - Fiscalização dos trabalhos de auditoria interna, auditoria externa e controles internos, garantindo que as auditorias externas e internas desempenhem suas atribuições de forma independente entre si, e em relação à Diretoria, permitindo inclusive que a auditoria externa avalie as práticas dos demais;

Nosso Diretor-Presidente, Antonio Maciel Neto, assumiu sua posição em junho de 2006, sucedendo a Murilo Passos, que manteve sua posição como membro de nosso Comitê de Gestão. Nossa Diretoria está focada na entrega de resultados, pautando sua atuação por meio de maior responsabilização por resultados (*accountability*), da implantação da cultura da meritocracia, com regras claras de reconhecimento, de desempenho superiores e da valorização do trabalho em equipe. Com esses princípios, a remuneração de nossos executivos está sendo orientada por parâmetros de curto e longo prazo, evoluindo na direção do EVA (*economic value added*), conjugados a metas individuais e coletivas. Os de curto prazo se relacionam às metas individuais e de desempenho financeiro anual. Os de longo prazo, por sua vez, estão vinculados a padrões de lucratividade, de retorno para os acionistas e ao diferencial de desempenho em relação aos concorrentes. Outra parte da remuneração variável de nossos principais executivos tem como componente de longo prazo as chamadas *phantom shares* ("ações fantasmas") - referências na cotação de mercado das ações, porém sem emissão e diluição no capital social, com período de três anos para seu exercício, integralmente provisionadas em nossas despesas administrativas.

Auditoria e controles internos
Os auditores externos e a auditoria interna apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Comitê de Gestão e membros independentes do Conselho de Administração.

Desde 2004, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S é o nosso auditor independente. Neste exercício, os trabalhos realizados se restringem somente ao escopo da auditoria: O processo de revisão dos controles internos por ele empreendidos, bem como as recomendações oferecidas, permitem o aprimoramento desses controles, com destaque para os aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia de informação.

Código de conduta

No processo de evolução do nosso modelo de governança corporativa, substituímos nosso código de conduta pelo do Grupo Suzano, divulgado e disseminado em junho de 2006. O documento foi resultado de um processo participativo com vista a orientar nossos profissionais, oficializando práticas e políticas internas que reafirmam os princípios éticos que nos acompanham há mais de 80 anos.

D divulgado e distribuído para todos os colaboradores do Grupo Suzano e disponível no [websites](http://www.suzano.com.br) www.suzano.com.br, o Código de Conduta está organizado em seis princípios: Governança Corporativa, Integridade, Igualdade, Transparência, Valorização Profissional e Desenvolvimento Sustentável. O documento reforça o compromisso da Organização com a transparência e os altos padrões de comportamento em nossa atuação profissional. Também reafirma o nosso compromisso com o mercado de capitais, a valorização das pessoas, o desenvolvimento sustentável e os princípios éticos.

Foram nomeados colaboradores em cada uma das unidades de trabalho para desempenhar a função de ouvidores internos que, juntamente com a ouvidoria externa, são responsáveis por receber e encaminhar ao Comitê de Conduta eventuais demandas relacionadas ao Código. A ouvidoria externa é desempenhada por uma consultoria especializada independente que disponibiliza um canal de atendimento por telefone, de forma a garantir o anonimato das pessoas que a contataram, se assim for solicitado. O Comitê de Conduta, formado também por colaboradores das Empresas Suzano, atua de forma preventiva e educativa, sendo responsável pelo recebimento de demanda e esclarecimentos de dúvidas, orientações gerais e atualização do Código de Conduta.

Meio ambiente

As atividades da Suzano Papel e Celulose para preservação do meio ambiente estão presentes em toda a sua trajetória de crescimento e nos planos futuros de expansão. Utilizando sempre as melhores tecnologias disponíveis, controlamos emissões de gases, efluentes, resíduos, ciclo de vida de produtos e outros itens, investindo valores significativos em gestão ambiental. Nas áreas industrial e florestal, os investimentos realizados em 2006 somaram R\$ 8,3 milhões.

Operação Florestal

O principal insumo utilizado no processo de fabricação de papel e celulose é a madeira. Toda a madeira que utilizamos é plantada exclusivamente para esse fim. Aproximadamente 40% de nossas áreas florestais são formadas por vegetação nativa protegida, sejam áreas de preservação permanente, reservas legais, fragmentos naturais e corredores biológicos. Cerca de 70% destas áreas estão inseridas no bioma Mata Atlântica e aproximadamente 30% no bioma Cerrado.

Com a conquista da certificação FSC (Forest Stewardship Council), em 2006, passamos a deter o maior escopo de múltiplas certificações do setor que inclui FSC, ISO 14001, ISO 9001 e OHSAS 18001. Todas as áreas florestais produtivas de São Paulo, Bahia e Minas Gerais são certificadas pela norma NBR ISO 14001:2004, e auditadas periodicamente pelo BVQI. Nossos plantios na Bahia foram pioneiros na certificação por esta norma mundialmente.

Alcançamos o status de membro pleno do CCX (Chicago Climate Exchange), sendo uma das exigências a realização do inventário de emissões de gases de efeito estufa, que foi concluído em setembro de 2006. Com isso estamos aptos a negociar créditos de carbono e buscar oportunidades em projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL - mecanismo de flexibilização estabelecido no artigo 12 do Protocolo de Kyoto), com o objetivo de reduzir os países desenvolvidos a atingir suas metas de redução de emissão e promover o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento).

Operação Industrial

Nossas unidades industriais produzem uma parcela significativa da energia que consomem. Essa energia é gerada através da queima do licor negro - resíduo oriundo do cozimento da madeira - e da biomassa. Na Unidade Mucuri, as fontes internas de geração representaram 97% do consumo total de energia elétrica. Na Unidade Suzano, a parcela gerada a partir do licor negro alcança 63% do consumo total de energia elétrica. Essa diferença explica-se pela produção preponderante de papel nesta Unidade, processo que consome mais energia do que a secagem de celulose, principal produto da Unidade Mucuri.

O consumo de água em nossas unidades industriais vem apresentando queda significativa nos últimos anos. Esse resultado é devido a uma sólida política para a reutilização e conservação desse importante recurso natural. Com a entrada em operação da linha 2 da Unidade Mucuri, o consumo de água nessa fábrica será reduzido de 42,1 m³ para 29 m³, com o dos mais baixos do mundo para empresas do setor de papel e celulose. Esse resultado será obtido com a adoção da mais moderna tecnologia na ampliação dessa unidade, obtida com a contratação dos melhores fornecedores internacionais para os processos que compõem a nova linha. Essa tecnologia situará a nossa empresa como referência mundial em baixo consumo de água.

Na Unidade Suzano, o consumo de água é questão estratégica, já que a fábrica está localizada na Grande São Paulo, em área de proteção de mananciais (Alto Tietê), onde o uso da água deve atender às diversas demandas da região, em especial o consumo da população. Por isso, alternativas para redução e reúso de água são tratadas como prioridade. O consumo registrado nesta unidade (41 m³), baixo para o tipo de processo implantado, demonstra o resultado obtido com a priorização de investimentos nessa área. Esses resultados são superiores aos apurados em empresas que produzem somente celulose, pois o processo de fabricação de papel (principal produto da Unidade Suzano) consome naturalmente mais água do que a secagem de celulose.

Nossas boas práticas socioambientais e de manejo florestal são certificadas também pelos padrões internacionais do FSC Forest Stewardship Council (FSC) na Bahia (2005) e em São Paulo (2006).

Emissões, efluentes e resíduos

Nossas unidades industriais vêm apresentando níveis decrescentes de emissões atmosféricas. Os teores de material particulado e de gases odoríferos (expressos em TRS) estão permanentemente adequados às áreas onde se encontram as fábricas, não causando impactos ambientais adversos. O sistema integrado de gestão de resíduos da empresa, focado nos pilares redução, reutilização e reciclagem, tem conseguido ampliar a vida útil dos aterros industriais das unidades.

Inventário de emissões de gases de efeito estufa

Foi realizado em 2006, o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de nossas unidades fabris e florestais com a finalidade de demonstrar as emissões de todos os seis gases causadores do efeito estufa incluídos no Protocolo de Kyoto. São eles: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hexafluoreto (SF₆), hidrofluorcarbono (HFC) e perfluorcarbono (PFC). Foram incluídas nesse inventário, conduzido com o mais amplo escopo, que inclui emissões diretas, indiretas e outras fontes que possam ser atribuíveis às ações da empresa, as unidades florestais, de São Paulo e Bahia, e as unidades fabris de São Paulo (Fábrica B e Fábrica C) e da Bahia (Fábrica Mucuri). Esse primeiro inventário teve como referência os anos 2000 (ano-base), 2003, 2004 e 2005.

Essa atividade terá periodicidade anual, e para 2007 está prevista a realização do inventário das emissões do ano de 2006.

Os resultados do inventário de emissões de gases de efeito estufa serão utilizados de várias formas para propósitos diferenciados. Entre eles:

- **Chicago Climate Exchange** - Realizar o inventário é uma exigência para passarmos para a categoria de membro pleno, com prerrogativas de negociar os créditos de carbono, e participarmos das reuniões dos comitês da câmara de comércio. Além de quantificar o volume líquido de créditos de carbono para venda.
- **Fábrica Florestal** - Auxilia na identificação de oportunidades de melhoria do processo de produção, na identificação de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) gerando créditos elegíveis ao mercado regido pelo Protocolo de Kyoto, e reforça a importância do trabalho conjunto floresta e fábrica, garantindo a sustentabilidade do negócio.
- **Mercado e Acionistas** - Reforça o compromisso de responsabilidade socioambiental e o compromisso de governança e transparência.

10. Responsabilidade Social Corporativa

Mais do que um conceito, a responsabilidade social corporativa para nós se traduz no exercício planejado de ações, estratégicas e na implementação de canais de relacionamento entre a Organização, seus empregados, o interesse e a própria sociedade, no sentido de perpetuar o equilíbrio entre a criação de valor, dignificação humana e preservação do meio ambiente. Um importante reconhecimento da nossa postura responsável foi a inclusão das nossas ações, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. Outro reconhecimento foi a classificação, pelo terceiro ano consecutivo, entre as dez empresas-modelo do Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa. Essas demonstrações reafirmam o nosso compromisso com as práticas ligadas à sustentabilidade e à responsabilidade social corporativa.

Os indicadores de auto-avaliação do Instituto Ethos, medem o nível de nossa cidadania corporativa em relação ao grupo de empresas que apresenta as melhores práticas de responsabilidade socioambiental e as que correspondem à média de mercado, obtida a partir do questionário preparado pelo Instituto e preenchido voluntariamente por cerca de 500 empresas em 2006. Nossa média em 2006 ficou em 8,5. No total, foram investidos R\$ 39,7 milhões em projetos internos voltados aos colaboradores e aos familiares e aos públicos externos relacionados a comunidades dentro de nossas áreas de influência: (i) comunidades rurais; (ii) comunidades urbanas do entorno das unidades industriais; e (iii) formadores de opinião.

A implantação do Projeto Mucuri representa investimentos de US\$ 1,3 bilhão no sul da Bahia, o que em 2006 significou R\$ 39,3 milhões, que se revertiram em benefícios para toda a região do Mucuri. O núcleo de nossos programas e projetos sociais é bastante amplo e abrangente, diretamente, 34 municípios ao redor de nossas unidades industriais e florestais, cujos focos de atuação concentram-se na geração de emprego e renda, na capacitação para o trabalho, na formação educacional, além do estímulo às práticas de voluntariado e o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico. No entanto, alguns projetos merecem destaque pelo nível de maturidade alcançado ao longo de 2006.

• **Comunidade Produtiva** - O programa capacita populações de diferentes localidades para a confecção e comercialização de ecoprodutos, promovendo o resgate das tradições artesanais de cada região. O primeiro núcleo em São José de Alcobaca (BA) encontra-se totalmente estruturado, prestes a se tornar uma Cooperativa. Foram implantados em 2006 dois novos núcleos em Helvecia (BA) e Biribitá Mirim (SP), envolvendo 166 pessoas.

• **Projeto Fruticultura** - Neste projeto, fornecemos madeira/estaca para o plantio de maracujá em comunidades do sul da Bahia. Em parceria com as prefeituras e com a Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic) e a Associação de Produtores Rurais, promovemos geração de renda para 1.720 pessoas.

• **Semearia** - Projeto voltado para a educação ambiental, é desenvolvido em escolas da rede pública de ensino, com o objetivo de estimular a consciência e as práticas de preservação ambiental dos alunos e de suas comunidades. Em seus oito anos, o Projeto Semearia já atingiu em sete municípios do sul da Bahia e norte do Espírito Santo, trabalhando diretamente com 4.533 professores do ensino fundamental. Em 2006, ampliou sua atuação e passou a contemplar também professores de 5ª a 8ª séries.

Instituto Ecoturismo

O Instituto Ecoturismo é uma organização não-governamental criada pela Suzano em 1999, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSICIP). Sua missão é promover a educação ambiental, compreendida conforme definição da Unesco: "Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais presentes e futuros".

Programas implementados:
• **Ler é Preciso**
Com o objetivo de preparar as novas gerações para atuar na sociedade do conhecimento, o programa procura desenvolver o domínio crítico da linguagem e da competência de se comunicar publicamente, base do sucesso em uma sociedade democrática. Suas atividades envolvem o projeto de implantação de bibliotecas comunitárias e a realização do concurso nacional de redações. Todos os projetos são viabilizados e o conhecimento gerado, compartilhado por meio da Rede Cultural Ler é Preciso, um instrumento de comunicação, integração e de estruturação de redes interativas entre o Instituto e seus diversos parceiros.

• **Biblioteca Ler é Preciso**: foram inauguradas 15 novas Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso em 2006, totalizando 58 em sete Estados brasileiros. O programa contou com recursos totais de R\$ 918 mil, reunidos pelas seguintes companhias, além da Suzano Papel e Celulose: Philips, Vale do Rio Doce, Holcim, Suzano Petroquímica, Politecn, CSN, Avon, Instituto Telemar, Videolar, CSN e Devemada. As bibliotecas beneficiam cerca de 30.500 leitores/mês, principalmente crianças e adolescentes.

• **Concurso de Redação Ler é Preciso**: em 2006, os 21 mil sonhos de crianças, compartilhados por meio das redações enviadas ao Concurso de Redações V, transformaram-se no Livro "Somos e Queremos". Foram produzidos 30 mil livros, para distribuição gratuita para alunos, professores e escolas participantes, bibliotecas públicas, imprensa, governo, ONGs e outros setores da sociedade. O concurso contou com o patrocínio das empresas Suzano, CSN, PQU e Banco Safra, com apoio do Grupo Positivo, Luzam Seguros, Royal Sun Alliance e Unesco.

• **Primavera Ler é Preciso**: por meio da Rede Cultural Ler é Preciso, em 2006 foi realizada a 1ª Primavera Ler é Preciso, apadrinhada pelo intelectual José Mindlin, membro da Academia Brasileira de Letras, com patrocínio do Grupo Suzano. O projeto, realizado em São Paulo e Pernambuco, resgatou a importância da leitura de literatura em voz alta na formação de jovens leitores, já a partir da descoberta das crianças, passando por toda a primeira infância, em fase que antecede a escola. Foram realizados cursos de formação de leitores públicos para 100 pessoas - fundamentalmente pessoas que trabalham nas Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso. Também foram realizadas leituras públicas para cerca de duas mil pessoas, com distribuição gratuita de 20 mil livros de literatura e 50 mil Passaportes para a Leitura, que continham dicas para os pais cultivarem o hábito da leitura em casa.

• Parque das Neblinas

O Parque das Neblinas é um "laboratório" de educação ambiental a céu aberto. Localizado em Bertoga (SP), desenvolve em seus 2.800 hectares programas focados em pesquisas científicas, manejo sustentável de recursos naturais e cultivo de espécies ameaçadas, além de ecoturismo e estudos do meio. No ano de 2006, recebeu cerca de dois mil visitantes para a realização de trilhas monitoradas. A presença e o envolvimento da comunidade do entorno é um dos eixos de sustentação do Parque, na forma de troca de conhecimento, oferta de cursos de especialização e desenvolvimento de ações que gerem emprego e renda. Três dos programas desenvolvidos pelo Parque em 2006 merecem destaque:

• **Programa técnico científico**: com o objetivo de se tornar um centro de referência em pesquisas na Mata Atlântica, realizou 22 projetos de pesquisa e em sua área foram descobertas duas novas espécies de anfíbios e uma de formiga. Na linha dedicada ao manejo de recursos naturais, teve início a realização de estudos para a produção de água mineral e o manejo comunitário de duas espécies de plantas ornamentais.

• **Programa de relacionamento com a comunidade**: propõe o desenvolvimento de tecnologias socioambientais e a partilha dos benefícios da reserva, por meio de ações com a elaboração da Agenda 21 de Taiacupeba, comunidade do entorno do Parque das Neblinas, a formação de um grupo de 22 monitores, moradores da comunidade, e o envolvimento de ex-caçadores e extratores ilegais nos programas de pesquisa e manejo.

• **Programa de visitação**: em 2006, o Parque apoiou a formação dos monitores locais, o desenvolvimento de programações diferenciadas e o gerenciamento dos riscos da atividade. Também elaborou o plano de monitoramento da biodiversidade, que deverá constituir-se em modelo de tecnologia socioambiental.

11 - Gestão de pessoas e equipes

Os adiantamos a organização por unidades de negócios, promovemos uma mudança na estrutura de Recursos Humanos, para tornar a área mais alinhada, preparada e com uma função mais estratégica. Essas mudanças tiveram o propósito de atender

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Ativo				
Ativo circulante				
Disponibilidades (Nota 4)	1.096.487	541.306	1.500.112	1.081.878
Contas a receber de clientes (Nota 5)	808.538	950.072	729.940	695.218
Estoque (Nota 6)	432.798	368.602	576.073	463.068
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	63.920	87.934	78.563	95.464
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 8)	41.185	52.366	56.068	58.257
Dividendos a receber	13.994	-	-	-
Outras contas a receber	30.116	16.167	34.646	18.923
Despesas antecipadas	5.282	4.451	5.397	4.558
Total do ativo circulante	2.492.320	2.020.898	2.980.799	2.417.366
Ativo não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras (Nota 4)	24.227	-	24.227	-
Créditos a receber de empresas relacionadas (Nota 14)	2.127	1.524	-	19
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 7)	89.022	16.444	100.374	22.538
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 8)	134.214	111.575	158.758	140.505
Adiantamento a fornecedores (Nota 9)	150.286	116.367	150.286	116.367
Depósitos judiciais	25.342	23.172	25.449	23.172
Outras contas a receber	12.871	21.973	23.228	26.389
Total do ativo realizável a longo prazo	438.088	291.055	482.322	328.990
Ativo permanente				
Investimentos (Nota 10)	1.717.572	1.091.708	749.862	484.978
Imobilizado (Nota 11)	5.028.250	3.587.811	5.943.201	4.085.334
Diferido	690	1.022	4.397	3.728
Total do ativo permanente	6.746.512	4.680.541	6.697.460	4.574.040
Total do ativo não circulante	7.184.601	4.971.596	7.179.782	4.903.030
Total do ativo	9.676.921	6.992.494	10.160.581	7.320.396

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita operacional bruta	3.107.038	2.875.888	3.609.375	3.201.048
Impostos sobre as vendas	(424.965)	(367.744)	(510.385)	(414.057)
Receita operacional líquida	2.682.073	2.508.144	3.098.990	2.786.991
Custo dos produtos vendidos	(1.557.092)	(1.436.646)	(1.950.569)	(1.763.987)
Lucro bruto	1.124.981	1.071.498	1.148.421	1.023.004
Receitas (despesas) operacionais	(528.420)	(424.725)	(551.565)	(365.384)
Despesas com vendas	(261.056)	(272.710)	(191.070)	(170.145)
Despesas gerais e administrativas	(168.791)	(159.163)	(215.687)	(191.719)
Honorários de administração	(27.120)	(28.187)	(28.350)	(28.763)
Despesas financeiras (Nota 21)	(105.831)	(111.482)	(178.674)	(49.742)
Receitas financeiras (Nota 21)	66.922	74.154	125.876	83.152
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 10)	27.857	(48.989)	(391)	(351)
Amortização de ágio	(54.683)	-	(71.431)	(37.679)
Outras receitas operacionais, líquidas	(5.718)	22.012	8.162	29.863
Lucro operacional	596.561	646.773	596.856	657.620
Resultado não operacional (Nota 20)	1.360	(4.288)	778	(10.677)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	597.921	642.485	597.634	646.943
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(142.607)	(146.543)	(153.944)	(147.294)
Lucro líquido do exercício	455.314	495.942	443.690	499.649
Lucro por ação	1.454,11	1.745,73		
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício	313.121.658	284.088.094		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Especial de ágio na incorporação	Ações em tesouraria		
Saldos em 31 de dezembro de 2004	1.477.963	233.962	108.723	(15.080)	791.720	2.760.037
Aumento de capital	2.027	-	-	-	-	2.027
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	495.942	495.942
Destinações:						
Juros sobre capital próprio creditados em 23 de dezembro de 2005, pagos em 04 de janeiro de 2006	-	-	-	-	(138.438)	(138.438)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	(36.147)	(36.147)
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste	-	36.147	-	-	(24.797)	(11.650)
Reserva Legal	-	-	-	24.797	-	24.797
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	266.904	266.904
Reserva estatutária especial	-	-	-	-	(29.656)	(29.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.479.990	270.109	108.723	(15.080)	99.577	3.119.568
Aumento de capital pela incorporação das ações dos minoritários da Ripasa	573.630	-	-	-	-	573.630
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	768	-	-	-	-	768
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	455.314	455.314
Destinações:						
Juros sobre capital próprio creditados em 28 de julho de 2006, pagos em 11 de agosto de 2006	-	-	-	-	(56.807)	(56.807)
Juros sobre capital próprio creditados em 15 de dezembro de 2006, a pagar em 04 de janeiro de 2007	-	-	-	-	(50.944)	(50.944)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(6.348)	(6.348)
Reserva de incentivos fiscais	-	33.398	-	-	(33.398)	-
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste	-	-	-	-	(22.766)	(22.766)
Reserva Legal	-	-	-	22.766	-	22.766
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	256.546	256.546
Reserva estatutária especial	-	-	-	-	(28.505)	(28.505)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	2.054.388	303.507	108.723	(15.080)	122.343	3.115.170

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Origens dos recursos				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	455.314	495.942	443.690	499.649
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciação, exaustão e amortização	224.319	212.867	318.025	250.642
Custo contábil dos ativos permanentes baixados	31.859	19.439	39.069	20.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.691)	28.194	(12.681)	15.511
Resultado da equivalência patrimonial	(27.857)	48.989	391	(351)
Amortização de ágios	54.683	-	71.431	37.679
Provisão para contingências	41.239	25.339	65.974	25.798
Variáveis cambiais e monetárias e juros de longo prazo, líquidos	(117.796)	(168.586)	(126.506)	(176.092)
Total	641.070	662.184	799.393	673.821
De acionistas				
Integralização de capital em dinheiro	-	2.027	-	2.027
Aumento de capital pela incorporação das ações dos minoritários da Ripasa	573.630	-	573.630	-
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	768	-	768	-
Total	574.398	2.027	574.398	2.027

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	455.314	495.942	443.690	499.649
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades				
Depreciação, exaustão e amortização	224.319	212.867	318.025	250.642
Resultado na venda de ativos permanentes	(1.360)	4.288	4.537	5.834
Resultado da equivalência patrimonial	(27.857)	48.989	391	(351)
Amortização de ágio	54.683	-	71.431	37.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.510)	71.005	(3.257)	62.179
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos (1)	134.283	(20.701)	196.370	(43.314)
Provisão para contingências	41.239	25.339	61.301	25.798
Variáveis de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo				
Redução (aumento) em contas a receber	141.534	(178.675)	(90.262)	(135.465)
Redução (aumento) em outros ativos circulantes e de longo prazo	(169.402)	(100.167)	(223.187)	(189.107)
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e de longo prazo (1)	54.009	(19.079)	101.145	67.223
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	897.252	539.808	880.184	580.767
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras de longo prazo	(24.227)	-	(24.227)	-
Adições em investimentos	(652.690)	(803.930)	(337.916)	(497.376)
Adições no imobilizado e diferido	(1.696.285)	(439.142)	(2.223.729)	(899.303)
Redução do ativo permanente por transferência para o circulante e realizável	-	-	8.542	-
Recobramento por vendas de ativos permanentes	33.219	15.151	34.532	15.151
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(2.339.983)	(1,227,921)	(2,542,798)	(1,381,528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital em dinheiro	-	2,027	-	2,027
Aumento de capital pela incorporação das ações dos minoritários da Ripasa	573.630	-	573.630	-
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	768	-	768	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(182.365)	(101,009)	(182,365)	(101,009)
Empréstimos captados	2,817,865	1,740,653	3,039,383	1,999,264
Pagamentos de empréstimos (1)	(1,211,986)	(1,066,411)	(1,308,090)	(1,084,077)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	1,997,912	575,260	2,123,326	816,205
Efeitos de variação cambial em disponibilidades	-	-	(42,478)	(19,786)
Acréscimo (diminuição) nas disponibilidades	555,181	(112,853)	418,234	(4,342)
Saldo das disponibilidades no início do período	541,306	654,159	1,081,878	1,086,220
Saldo das disponibilidades no fim do período	1,096,487	541,306	1,500,112	1,081,878
Demonsração do acréscimo (diminuição) nas disponibilidades	555,181	(112,853)	418,234	(4,342)

(1) Contemplam reclassificações para o período de doze meses de 2005.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas				
Venda de produtos e serviços	3.107.038	2.875.888	3.609.375	3.201.048
Outras receitas operacionais	18.745	30.295	43.868	50.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.414)	(10.561)	(5.809)	(10.863)
Resultado não operacional	13.440	15.722	9.655	9.332
Total	3.136.809	2.911.344	3.657.089	3.250.064
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	703.559	685.997	761.897	829.743
Matérias, energia, serviços de terceiros consumidos	1.008.718	853.103	1.201.070	900.453
Perda/recuperação de valores ativos	18.586	26.250	18.586	26.250
Valor adicionado bruto	1.405.946	1.345.994	1.675.536	1.493.618
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	224.319	212.867	318.025	250.642
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.181.627	1.133.127	1.357.511	1.242.976
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	27.857	(48.989)	(391)	(351)
Dividendos recebidos de investimentos ao custo	418	1,235	421	1,238
Receitas financeiras	66.719	73,073	88,264	51,371
Valor adicionado a distribuir	1,221,938	1,158,446	1,374,374	1,257,555
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	283.497	284.937	379.009	344.224
Impostos, taxas e contribuições	340.302	331.917	368.361	359.753
Juros e encargos financeiros, líquidos	105.825	11,840	146,265	19,840
Aluguéis	36.999	33,810	37,050	33,915
Dividendos e juros sobre capital próprio	14,059	138,438	14,059	138,438
Lucros retidos	341,258	357,504	329,630	361,285
Total	1,221,938	1,158,446	1,374,374	1,257,555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL DA RIPASA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

	Suzano Consolidado				
	Ripasa Integral (1)	Ripasa Proporcional (2)	sem Ripasa (3)	Combinado (4)	Ajustes Consolidado (5)
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	182.241	91.121	1.408.991	1.500.112	-
Contas a receber de clientes	290.082	145.041	640.945	785.986	(56.046)
Estoque	127.582	63.791	516.152	579.943	(3.870)
Dividendos a receber	-	-	13		

(1) Em relação a esta empresa relacionada, a Companhia possui operações de "vendedor" em aberto no montante de R\$ 5.710 (R\$ 12.228 em 31 de dezembro de 2005).
(2) Empréstimo emitido em dólares com vencimento para 31 de dezembro de 2009.
(3) Adiantamentos para futuros aumentos de capital.
(4) A partir de 1º de setembro de 2006, a unidade de Americana da Ripasa passou a concentrar a venda de seus produtos acabados para Suzano e VCP na proporção de 50% para cada controlador.
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2006, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo a operações com empresas relacionadas, foram realizadas em condições normais de mercado.
15. Provisão para contingências e passivos atuariais
As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, civis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	2006			2005		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias.....	1.710	(150.091)	(148.381)	1.587	(125.294)	(123.707)
Previdenciárias..	-	(1.766)	(1.766)	-	-	-
Trabalhistas e civis.....	6.144	(25.132)	(18.988)	5.989	(25.060)	(19.071)
Passivos atuariais.....	-	(35.630)	(35.630)	-	(21.026)	(21.026)
	7.854	(212.619)	(204.765)	7.576	(171.380)	(163.804)

	2006			2005		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias.....	25.900	(212.669)	(186.765)	12.731	(158.759)	(146.028)
Previdenciárias..	-	(1.766)	(1.766)	-	-	-
Trabalhistas e civis.....	7.580	(29.681)	(22.101)	6.568	(26.974)	(20.406)
Passivos atuariais.....	-	(40.730)	(40.730)	-	(24.699)	(24.699)
	33.484	(284.846)	(251.362)	19.299	(210.432)	(191.133)

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:

	2006		2005	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Entrada de novos processos.....	171.380	146.081	210.432	175.956
Atualização monetária.....	31.108	38.534	79.198	52.761
Transferências entre circulante e não circulante ...	13.408	10.504	17.207	10.504
Baixa de processos.....	(3.277)	(24.187)	(17.526)	(29.237)
Montante provisionado.....	212.619	171.380	284.846	210.432

Os principais processos são comentados a seguir:
PIS/COFINS - Provisão constituída pelo não recolhimento do PIS e COFINS em virtude de questionamento judicial quanto à base de cálculo (incidência das contribuições sobre outras receitas). A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 17.611.
PIS trimestralizado - A Companhia ingressou com uma ação judicial visando à recuperação dos valores da contribuição de PIS recolhidos a maior, assim reconhecidos em função da lei que modificou o critério de apuração do referido tributo ter sido declarada inconstitucional pelos tribunais superiores. Em primeira instância reconheceu-se o direito da Companhia quanto ao tributo. Amparada em decisão liminar, a Companhia compenhou tal montante com débitos de IPI e COFINS. Recente decisão, em segunda instância, entendeu que a compensação só poderia ser feita com débitos decorrentes do próprio PIS corrente. Essa nova decisão está sendo discutida perante os tribunais superiores.

Imposto de renda sobre lucros no exterior - A Companhia foi autuada, em setembro de 2005, relativamente à tributação sobre a disponibilização de lucros de subsidiárias no exterior (Lei 9.249/95 e 9.532/97) e sobre a variação cambial incluída na equivalência patrimonial de investimentos no exterior (IN 213/2002). Os montantes autuados são R\$ 51.226 e R\$ 122.643, respectivamente. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de um desfecho desfavorável é remota, e não constitui provisão para perda sobre esta contingência.
A parcela proporcional, incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, das contingências fiscais, trabalhistas e dos passivos atuariais da Ripasa totalizaram, em 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 72.227 (R\$ 39.052 em 31 de dezembro de 2005) composta basicamente pelo questionamento da majoração de alíquota e expansão da base de cálculo de PIS/COFINS.
Correção monetária de balanço (Plano Verde) - A Companhia discute judicialmente o direito da dedução de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social, depreciações, baixas e itens controlados no LALUR, do saldo devedor da Correção Monetária de Balanço, decorrente de expurgos inflacionários ocorridos em 1989, no percentual de 51,87% ou alternativamente, 35,58%, utilizando o IPC como fator de correção. Para fins de compensação com outros tributos, a Companhia utilizou o percentual de 35,58%.
Conforme alteração do entendimento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o índice de correção monetária considerado válido e legal é a OTN e não mais o IPC. Diante desta nova situação, os advogados responsáveis por estes casos alteraram a avaliação de remota para possível, sobre a chance de um desfecho desfavorável para o percentual de 35,58%. Em 31 de dezembro de 2006, o montante compensado e atualizado é de R\$ 96.971, e não foi provisionado pela Companhia face ao desfecho previsto ser estimado como possível e não provável.

Assistência médica aos aposentados
A Companhia, em acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica de forma permanente para ex-funcionários que requererem aposentadoria até 30 de junho de 2003, bem como para seus dependentes até completar a maioria e cônjuges, de forma vitalícia. Em 31 de dezembro de 2006 este grupo contava com 3.522 participantes em gozo de benefício (3.160 em 31 de dezembro de 2005).
A Companhia assegura também o custeio de assistência médica junto à Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.658/98. Em 31 de dezembro de 2006, este grupo contava com 189 participantes em gozo deste benefício (108 em 31 de dezembro de 2005).
A Companhia registrou o valor das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente, em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 33.774 (R\$ 19.812 em 31 de dezembro de 2005). Os métodos atuariais adotados atendem a NPC nº 26/2000 do IBRACON referenciada pela Deliberação CVM nº 37/12000. As premissas econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo foram: taxa de desconto de 9,12% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 2,0% a.a. e tabela biométrica de mortalidade geral AT-83.
A Companhia reconheceu os efeitos desta obrigação, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 37/12000 e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 001/2007. O montante registrado como despesa, no balanço de 31 de dezembro de 2006, foi de R\$ 19.962.
16. Plano de previdência privada de contribuição definida
Em janeiro de 2005 a Companhia instituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender aos seus empregados, denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, a Companhia definiu que pagaria a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir os benefícios do plano. As contribuições realizadas pela

Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, totalizaram R\$ 5.371 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 4.706 (R\$ 5.714 e R\$ 4.599 no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, respectivamente).

17. Contas a pagar - Terras e florestas
Em 2006, a Companhia adquiriu da Companhia Vale do Rio Doce, em conjunto e em partes iguais com a Aracruz Celulose S.A., ativos representando 40 mil hectares de terras e florestas de eucaliptos nelas plantadas, na região de São Mateus - ES, pagáveis em parcelas até o final de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo a pagar, classificado no passivo circulante, era de R\$ 7.724 (R\$ 7.623 no passivo circulante e R\$ 6.182 no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2005).
Em 2005, a Companhia adquiriu das empresas Orban Agrícola e Nova Empreendimentos Imobiliários, as fazendas São Miguel e São Benito. O saldo a pagar referente a essas aquisições, em 31 de dezembro de 2006 classificados no passivo circulante, era de R\$ 6.090 (R\$ 7.644 no passivo circulante e R\$ 5.398 no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2005).

18. Instrumentos financeiros
a. Avaliação
Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Os valores estimados como "de Mercado" não representam que os ativos e passivos poderiam ser realizados ou liquidados por esses valores apresentados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.
Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	2006		2005	
	Contábil	Mercado (Não auditado)	Contábil	Mercado (Não auditado)
Ativo				
Disponibilidades.....	1.500.112	1.500.112	1.081.878	1.081.878
Aplicações financeiras de longo prazo.....	24.227	24.227	-	-
Passivo				
Financiamentos e Empréstimos circulares e não circulares.....	4.701.063	4.713.598	3.064.579	3.056.656
Debêntures.....	742.020	742.020	492.214	492.214

O valor de mercado das disponibilidades, dos financiamentos, empréstimos e das debêntures, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e vencimentos remanescentes similares.
b. Risco de crédito
As operações a prazo e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais riscos significativos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (puderação do risco).

c. Risco de taxa de câmbio e de juros
Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações, parte dos seus financiamentos e empréstimos a pagar e parte do saldo de debêntures são afetados pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.
Visando reduzir certos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Companhia realizou operações com derivativos, as quais eram praticadas em 31 de dezembro de 2006, pelos seguintes contratos em aberto: i) "swap" de dólar para CDI no montante de US\$ 1,2 milhões; ii) "NDF" de dólar para reais no montante de US\$ 20,0 milhões e iii) "NDF" de euro para dólar no montante de EUR 14,0 milhões.
Para limitar os riscos de taxas de juros, a Companhia realizou operações de "swap" fixando as taxas de juros, de determinados empréstimos em moeda estrangeira, no valor de US\$ 105,0 milhões e contratando operações diretamente em taxa fixa, no montante de US\$ 283,0 milhões.
As operações a prazo nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão refletidas nas demonstrações contábeis.

19. Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2006, o capital social subscrito era de R\$ 2.054.388, integralmente realizado e dividido em 314.490.077 ações (285.446.513 ações em 2005), sem valor nominal, das quais: 107.820.686 eram ordinárias, nominativas; 205.118.512 eram preferenciais classe "A" e 1.540.879 eram preferenciais classe "B", ambas escrituradas. Das ações preferenciais classe "B", 1.358.419 são mantidas em tesouraria, mesmo montante em 31 de dezembro de 2006 e 2005.
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2006, foi deliberado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 573.630, com a emissão de 6.428.955 novas ações ordinárias e de 23.552.795 novas ações preferenciais classe "A", em conexão com a cisão da Ripasa Participações S.A., em duas partes iguais, e versão de uma dessas partes à Companhia (vide Nota Explicativa nº 10).
Em dezembro de 2006, foi homologado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 768, representado pela emissão de 17.273 ações ordinárias e 34.541 ações preferenciais Classe "A", no preço unitário de R\$ 14,83, em decorrência da conversão de 251 debêntures da 1ª série e 502 debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Debêntures Conversíveis em Ações.
Emissão Debêntures Conversíveis em Ações.
O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9249/95 e na forma prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados à variação por taxa de Taxa de Juros de Longo Prazo - TULP, nos seguintes montantes brutos: i) R\$ 56.807, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 7.575, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 49.232, creditados em 28 de julho de 2006 e pagos em 11 de agosto de 2006; ii) R\$ 50.944, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 6.736, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 44.208, creditados em 15 de dezembro de 2006 e pagos em 04 de janeiro de 2007.
Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, e não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.
O dividendo e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício da controladora.....	455.314	495.942
Constituição da reserva de incentivos fiscais, relativa à redução do imposto de renda - ADENE.....	(33.398)	(36.147)
Constituição da reserva de Juros sobre Capital Próprio.....	(22.769)	(24.371)
Lucro líquido ajustado.....	399.150	434.998
Dividendo mínimo obrigatório - 25%.....	99.788	108.750
Imputação ao dividendo do imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre os juros sobre capital próprio conforme Deliberação CVM 207/96.....	14.311	-
Dividendo mínimo obrigatório do IRRF.....	114.099	108.750
Juros sobre capital próprio pagos (bruto de IRRF no montante de R\$ 7.575).....	56.807	-
Juros sobre capital próprio creditados.....	50.944	-
a pagar (bruto de IRRF no montante de R\$ 6.736).....	6.348	138.438
Dividendo e juros sobre capital próprio totais.....	114.099	138.438

Conselho de Administração	Diretoria
David Feffer - Presidente	Antonio Maciel Neto - Diretor Presidente
Boris Tabacof - Vice-Presidente	Bernardo Szpigel - Dir. Financeiro, Planejamento e de Relações com Investidores
Daniel Feffer - Vice-Presidente	José Marcos Vettorato - Diretor Industrial
Conselheiros	José Carlos Macedo Ferreira - Diretor da Unidade de Negócios Florestal
Augusto Esteves de Lima Junior (Honorário)	Rogério Ziviani - Diretor da Unidade de Negócios Celulose
Antônio de Souza Corrêa Meyer	André Dorf - Diretor da Unidade de Negócios Papel
Cláudio Thomaz Lobo Sonder	João Mário Lourenço Filho - Diretor de Logística e Competitividade
Jorge Feffer	Ernesto Peres Pousada Jr. - Diretor do Projeto de Expansão da Unidade de Mucuri
Oscar de Paula Bernardes Neto	Denise Rocha Knijnik - Diretora de Recursos Humanos
Marco Antônio Bologna	
Luciano Siani Pires	

Comitê de Gestão	Conselho Fiscal
David Feffer - Coordenador	Etetivos
Fábio Eduardo de Pieri Spina	Luiz Augusto Marques Paes
Murilo Cesar Lemos dos Santos Paes	Rubens Barletta
	Odali Dias Cardoso
Comitê de Estratégia	Suplentes
Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Coordenador	Roberto Figueiredo Mello
David Feffer	Luiz Gonzaga Ramos Schubert
Daniel Feffer	José Ivo dos Santos
Jorge Feffer	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	
de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas;	contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão sendo apresentadas para propiciar informações complementares sobre a Companhia e empresas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, tomadas em conjunto.
representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão sendo apresentadas para propiciar informações complementares sobre a Companhia e empresas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, tomadas em conjunto.	

Salvador, 28 de fevereiro de 2007
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Idéio S. Coelho Jr.
CRC - 2SP015199/0-6-F-BA Contador CRC 1SP163904/O-0-S-BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Senhores Acionistas,
Os membros do CONSELHO FISCAL da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, assim como o parecer dos auditores independentes, "Ernst & Young Auditores Independentes S/S", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007
Rubens Barletta Luiz Augusto Marques Paes Odali Dias Cardoso

Salvador, 28 de fevereiro de 2007
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Idéio S. Coelho Jr.
CRC - 2SP015199/0-6-F-BA Contador CRC 1SP163904/O-0-S-BA

Senhores Acionistas,
Os membros do CONSELHO FISCAL da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, assim como o parecer dos auditores independentes, "Ernst & Young Auditores Independentes S/S", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007
Rubens Barletta Luiz Augusto Marques Paes Odali Dias Cardoso

Salvador, 28 de fevereiro de 2007
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Idéio S. Coelho Jr.
CRC - 2SP015199/0-6-F-BA Contador CRC 1SP163904/O-0-S-BA

Reserva de lucros
A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva assegurar à Companhia adequadas condições operacionais e a reserva estatutária especial acobre os restantes 10% e objetiva garantir continuidade da distribuição de dividendos.

20. Resultado não operacional

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Provisões para passivos atuariais.....	(13.962)	(19.812)	(13.962)	(19.812)
Ganho (perda) sobre outros investimentos.....	1.842	(197)	1.842	278
Lucro na venda de ativo imobilizável.....	13.237	13.964	12.655	8.857
Lucro na venda de investimentos.....	243	1.757	243	-
Resultado não operacional.....	1.360	(4.288)	778	(10.677)

¹) Refere-se principalmente a vendas de "madeira em pé" para empresas não relacionadas. Vide nota explicativa nº 23.

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Despesas de juros.....	(236.871)	(217.869)	(271.175)	(232.460)
Variações monetárias e cambiais passivas.....	172.023	242.020	132.776	220.559
Ganhos (Perdas) em operações de swap.....	4.237	(8.935)	4.237	(8.935)
Outras despesas financeiras.....	(45.220)	(27.058)	(44.512)	(28.906)
Total das despesas financeiras.....	(105.831)	(118.842)	(178.674)	(49.742)
Receita de juros.....	95.246	105.838	124.995	126.075
Variações monetárias e cambiais ativas.....	(28.324)	(31.684)	881	(42.923)
Total das receitas financeiras.....	66.922	74.154	125.876	83.152
Resultado financeiro líquido.....	(38.909)	62.312	(52.798)	33.410

22. Demonstração do Lajida ajustado - EBITDA ajustado (Não auditada)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Lucro operacional.....	596.561	646.773	596.856	657.620
Despesas financeiras.....	105.831	118.842	178.674	49.742
Receitas financeiras.....	(66.922)	(74.154)	(125.876)	(83.152)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(27.857)	48.989	391	351
Amortização de ativo.....	54.683	-	71.431	37.679
Depreciação, exaustão e amortização.....	224.319	212.867	318.025	250.642
Lucro antes dos juros, do resultado da equivalência patrimonial, impostos, depreciações (exaustões) e amortizações - LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado).....	886.615	846.317	1.039.501	912.882

23. Compromissos
Venda de madeira em pé
A Companhia assinou contrato de mútuo com a Aracruz Celulose S.A. visando emprestar a esta 1.900 mil m3 de madeira de eucalipto em pé. O contrato prevê a devolução de volume equivalente em condições operacionais semelhantes, entre 2006 e 2008. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantinha recebível, referente ao volume já entregue à Aracruz Celulose S.A., registrado no ativo circulante e não circulante, no montante de R\$ 5.160 e R\$ 6.522 respectivamente (R\$ 15.402 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2005).
Projeto de expansão Mucuri
Em outubro de 2005, foi dado início à implantação do Projeto Mucuri, que visa ampliar a produção de celulose em 1,0 milhão de toneladas. Em função disso, já foi contratada a maioria dos pacotes dos equipamentos os quais resultam, em 31 de dezembro de 2006, em compromissos de desembolsos ao longo da construção de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões*, dos quais R\$ 1.508.679 já foram desembolsados.
* Não auditado pelos auditores independentes.

24. Garantias
A Companhia é garantidora de obrigações assumidas pela Rio Polímeros S.A. e pela Suzano Petroquímica S.A., decorrente de um projeto petroquímico conduzido pela Rio Polímeros S.A. Em novembro de 2001, a Companhia promoveu uma cisão de seus ativos operacionais para focar no setor de papel e celulose. Assim, os referidos ativos foram vendidos para aumento de capital e a Companhia Petroquímica S.A., empresa controlada pela Suzano Holding, esta última acionista controladora da Companhia. Após a cisão, a Companhia manteve-se como garantidora das obrigações contratuais